

LEITURAS DE ÉMILE BENVENISTE

Organizadores:
Heloisa Monteiro Rosário
Sara Luiza Hoff
Valdir do Nascimento Flores

2022

1ª edição

Porto Alegre

editora
ZO
UK

Conselho Editorial

Cristiane Tavares – Instituto Vera Cruz/SP
Daniela Mussi – UFRJ
Idalice Ribeiro Silva Lima – UFTM
Joanna Burigo – Emancipa mulher
Leonardo Antunes – UFRGS
Lucia Tennina – UBA
Luis Augusto Campos – UERJ
Luis Felipe Miguel – UnB
Maria Amelia Bulhões – UFRGS
Regina Dalcastagnè – UnB
Regina Zilberman – UFRGS
Renato Ortiz – Unicamp
Ricardo Timm de Souza – PUCRS
Rodrigo Saballa de Carvalho – UFRGS
Rosana Pinheiro Machado – Universidade de Bath/UK
Susana Rangel – UFRGS
Winnie Bueno – Winnieteca

2022 © Heloisa Monteiro Rosário; Sara Luiza Hoff e Valdir do
Nascimento Flores

Projeto gráfico e edição: Editora Zouk

Revisão: Tatiana Tanaka

Capa: Heloisa Monteiro Rosário

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410**

L533

Leituras de Émile Benveniste [recurso eletrônico] : estudos sobre
literatura brasileira moderna / organizado por Heloisa Monteiro Rosário,
Sara Luiza Hoff, Valdir do Nascimento Flores. - Porto Alegre : Zouk, 2022.
212 p. ; ePUB.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5778-096-1 (Ebook)

1. Linguística. I. Rosário, Heloisa Monteiro. II. Hoff, Sara Luiza. III.
Flores, Valdir do Nascimento. IV. Título.

2023-132

CDD 410

CDU 81'1

Índice para catálogo sistemático:

1. Linguística 410
2. Linguística 81'1



direitos desta edição reservados à

Editora Zouk

Av. Cristóvão Colombo, 1343 sl. 203

90560-004 – Floresta – Porto Alegre – RS – Brasil

f. 51. 3024.7554

www.editorazouk.com.br

I - A aporia da enunciação

Valdir do Nascimento Flores (UFRGS)
vnf.ufrgs@gmail.com

1. Introdução

Normalmente, Émile Benveniste (1902–1976) é reconhecido, na história da linguística, por ter introduzido, nesse campo, a “enunciação”. Esse reconhecimento — muitas vezes compartilhado com outros dois grandes linguistas do século XX, Roman Jakobson (1896–1982) e Charles Bally (1895–1947) — não é sem ônus e menos ainda sem consequências. Muitas fontes corroboram a proeminência de Benveniste no campo enunciativo, considerando-o uma espécie de “pai” do que se convencionou chamar “teoria da enunciação”.

Obras de referência e estudos de divulgação ampla (didática etc.) na linguística concordam quanto à atribuição desse lugar a Benveniste. Por exemplo, o livro introdutório de Paveau e Sarfati (2008, p. 170) afirma que “é em Benveniste que encontramos a definição de enunciação original e tornada canônica”.

Se, em face dessa evidência, perguntamos sobre o alcance epistemológico que a enunciação tem no escopo da linguística, vemos que quase inexitem trabalhos que a apresentam em uma dimensão propriamente epistêmica. A linguística parece não tomar para si o compromisso de avaliar o que o filósofo Giorgio Agamben, em 1998, num livro intitulado *O que resta de Auschwitz*, chama de “aporia implícita” à ideia de uma “semântica da enunciação”, semântica esta apresentada prospectivamente por Benveniste, em texto de 1969, “Semiologia da língua”. O próprio Agamben indaga:

Convém que nos detenhamos por algum momento na **aporia implícita** dessa formulação. Se a enunciação não se refere, conforme sabemos, ao texto do enunciado, mas ao fato de ele ter lugar, se ela não é senão o puro autorreferir-se da linguagem à instância de discurso em ato, em que sentido se poderá falar de uma “semântica da enunciação”? (AGAMBEN, 2008, p. 139-140, grifo nosso).

Está posto o problema que nos conduz: convocados pela indagação de Agamben, apresentamos, a seguir (item 2), o que entendemos ser o fundamento que eleva a teoria da linguagem de Benveniste — aí incluída a enunciação — a um patamar epistemológico distinto. Em seguida (item 3), analisamos a ideia de enunciação à luz dos questionamentos que levanta acerca da viabilidade de uma “linguística enunciativa” ou de uma “semântica da enunciação”. A esse propósito, não deixa de chamar atenção o fato de que as análises linguísticas de Benveniste (1988; 1989), presentes nos textos em que é abordada a enunciação ou não, nem de longe se assemelham ao que a tradição da linguística fez em nome do linguista. Sobre isso, indagamos: a formulação benvenistiana realmente dá lugar a uma “linguística/semântica da enunciação” que descreveria as marcas da enunciação no enunciado? Ou isso não passa de mera apropriação de uma reflexão em um quadro epistemologicamente estranho ao que foi gestado? Abordamos esse ponto nas conclusões (item 4).

2. O impensado da teoria de Benveniste

Que Agamben é leitor de Benveniste é sabido de todos os que estudam o filósofo; portanto, não deveria causar estranheza termos partido dele para reler Benveniste. Contudo, isso não pode ser feito sem esclarecer um ponto importante: somos conscientemente parciais em abordar alguns aspectos da leitura que Agamben faz de Benveniste. Quer dizer: não buscamos trazer aqui como opera a teoria de Benveniste na teoria de Agamben. Esse seria um feito de considerável envergadura, que nos obrigaria a um percurso que vai além de nosso objetivo principal. Assim, sabemos que mutilamos grandemente o raciocínio do filósofo. Talvez em outro tempo possamos voltar à relação Agamben–Benveniste, para, então, abordar como incide na filosofia a reflexão de um linguista. Feita essa ressalva, sigamos um pouco mais o filósofo em sua leitura do linguista.

À indagação acerca da viabilidade — ou não — de uma “semântica da enunciação” apresentada acima, gostaríamos de acrescentar outra ideia de Agamben: na recensão que faz do livro *Introdução a uma ciência da linguagem* de Jean-Claude Milner, ele diz que Benveniste — juntamente com Ferdinand de Saussure e com o próprio Milner — é um linguista “capaz de captar o ponto de excesso da linguagem em relação à ciência” (AGAMBEN, 2015, p. 69).

Como Agamben chega a essa conclusão?

Inicialmente, o filósofo opera com a distinção entre quatro fatos primitivos, apresentados por Milner como base do conhecimento linguístico. São eles:

- (I) O *factum loquendi*, que afirma a existência da linguagem e, por conseguinte, dos seres falantes: “O nome corrente desse fato bruto é a linguagem. Notaremos que ele supõe uma única coisa: que existam seres falantes. Nesse sentido, falar da linguagem significa somente falar sobre o fato de que existem seres falantes” (MILNER, 2021, p. 47).
- (II) O *factum linguae*, que é o fato da língua, ou seja, “o fato de que aquilo que um ser falante fala merece o nome de língua” (MILNER, 2021, p. 50).
- (III) O *factum linguarum*, que é o fato das línguas, ou seja, de que são “diversas, mas sempre formando uma classe homogênea” (MILNER, 2021, p. 50).
- (IV) O *factum grammaticae*, que é o fato da gramática, ou seja, “o fato de que as línguas sejam passíveis de descrição em termos de propriedades” (MILNER, 2021, p. 51).

Para Agamben, essa distinção permite definir o que é de ordem filosófica e o que é de ordem linguística. O objeto da filosofia é o *factum loquendi*, o existente puro, apenas pressuposto pela linguística; o objeto da linguística é a língua, entendida como o estenograma do *factum grammaticae*, do *factum linguae* e do *factum linguarum*. Aliás, o *factum grammaticae* é, propriamente falando, o objeto da linguística, na medida em que, em linguística, trata-se sempre de atribuição de propriedades a um dado de língua.

Ora, a conclusão de Agamben certamente tem a ver com a forma singular com a qual a teoria de Benveniste se relaciona a esses fatos.

Mais do que qualquer outro linguista, Benveniste possibilita uma linguística ancorada na presença do *homem na(s) língua(s) e na linguagem*. Estando o homem alojado simultaneamente em ambas, essa “outra” linguística traria à tona um saber não binário, que mostraria que o fato de que há falante — o *factum loquendi* — implica o fato de que o falante fala algo que tem determinadas propriedades que o permitem falar — o *factum grammaticae*.

Teria sido essa implicação entre o *factum loquendi* e o *factum grammaticae* que autorizou Agamben a situar Benveniste entre os que são capazes de captar o *ponto de excesso* da ciência linguística? Acreditamos que sim.

A vinculação da linguagem — que é da ordem do *factum loquendi* — ao próprio do homem não é estranha ao pensamento benvenistiano. Tomemos

apenas o texto “Da subjetividade na linguagem”, que tem uma envergadura epistêmica de efeito geral sobre a obra do autor. Nele, lemos a clara indissociabilidade entre homem e linguagem: “a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou” (BENVENISTE, 1988, p. 285); “não atingimos nunca o homem separado da linguagem” (BENVENISTE, 1988, p. 285); “a linguagem ensina a própria definição de homem” (BENVENISTE, 1988, p. 285); “única é a condição do homem na linguagem” (BENVENISTE, 1988, p. 287).

Em relação às línguas, tomemos o texto “A natureza dos pronomes”:

A universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar um problema de linguagem (BENVENISTE, 1988, p. 277).

Além disso, Benveniste introduz, sub-repticiamente, uma ideia importante para fundamentar a nossa perspectiva:

Muitas noções na linguística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecermos no quadro do discurso, que é **a língua enquanto assumida pelo homem que fala**, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística (BENVENISTE, 1988, p. 293, itálico do autor, negrito nosso).

Eis o ponto: “o homem que fala”. Isso está no âmago do pensamento de Benveniste, é um impensado de sua teoria, no sentido de que está presente em sua reflexão sem que o autor tenha tirado todas as consequências de sua descoberta. “O homem que fala” é ideia pressuposta por Benveniste em todas as considerações que faz acerca das propriedades da linguagem e das línguas. Há uma “propriedade da linguagem, pouco visível sob a evidência que a dissimula, e que não podemos ainda caracterizar a não ser sumariamente” (BENVENISTE, 1988, p. 286): “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 1988, p. 286, grifos do autor). Quer dizer, a “realidade” do sujeito é a do “ser”, fundada na linguagem e constitutiva do “homem que fala” – da ordem do *factum loquendi*.

A conclusão de Agamben sobre Benveniste cauciona a interpretação que, há muitos anos, temos feito de que a linguística de Benveniste — embora, em muitos aspectos, assimilada aos parâmetros de cientificidade de seu tempo — implica uma teoria da linguagem que não se limita a tais parâmetros

(FLORES, 2013). Trata-se de uma teoria que revela os termos pelos quais é constitutiva da natureza simbólica do homem a condição de ser falante.

Uma teoria nesses moldes não ressoa integralmente nas teses abrigadas pelo discurso científico ao qual a linguística, em sua constante busca de integração no “conjunto das ciências positivas” (MILNER, 2021, p. 16), se filia. Assim, Agamben, ao supor em Benveniste a “capacidade” de *captar o ponto de excesso da linguagem em relação à ciência*, lança luzes sobre um aspecto da teoria que, talvez, nem o próprio Benveniste tenha conseguido avaliar, o impensado de sua teoria.

3. O ter-lugar da enunciação

Se seguirmos o raciocínio de Agamben no livro *O que resta de Auschwitz*, veremos que ele continua apontando o que considera problemático na concepção de uma “semântica da enunciação”:

Certamente, o isolamento da esfera da enunciação permite distinguir pela primeira vez, em um enunciado, o que é dito do fato de ele ter lugar; mas não é, precisamente por isso, que a enunciação representará a identificação, na linguagem, de uma dimensão não semântica? (AGAMBEN, 2008, p. 140).

O questionamento de Agamben não pode ser ignorado pelo linguista. Quer dizer: como apresentar em termos de “uma semântica” — disciplina linguística que visa a dizer algo positivo sobre o significado das línguas — algo que não tem propriamente um significado? Vejamos como Agamben continua:

Sem dúvida é possível definir algo similar a um significado dos indicadores *eu, tu, agora, aqui* (por exemplo, “eu significa aquele que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”); contudo, isso é algo completamente diferente do significado lexical que compete aos outros signos da linguagem. *Eu* não é nem uma noção, nem uma substância, e, no discurso, a enunciação colhe não o que se diz, mas o puro fato de que se está dizendo isso, o acontecimento — evanescente, por definição — da linguagem como tal (AGAMBEN, 2008, p. 140, grifos do autor).

Dito de outro modo: como fazer semântica sobre algo que é irrepetível, evanescente, único? Ele conclui:

Assim como o ser dos filósofos, a enunciação é o que há de mais único e concreto, por se referir à instância de discurso em ato, absolutamente

singular e irrepitível e, ao mesmo tempo, é o que há de mais vazio e genérico, por se repetir toda vez sem que jamais seja possível fixar a sua realidade lexical (AGAMBEN, 2008, p. 140).

Em *A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade*, Agamben identifica nos estudos de Benveniste acerca dos pronomes o traço essencial que têm tais palavras de fazer remissão à instância de discurso: operar a “conversão individual da língua em discurso” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Essa operação não mostra o objeto no mundo, mas o “seu ter-lugar”: “o lugar, que é indicado pela *demonstratio* e unicamente a partir do qual todas as outras indicações são possíveis — é um lugar de linguagem, e a indicação é a categoria através da qual a linguagem faz referência ao próprio ter-lugar” (AGAMBEN, 2006, p. 42-43, grifo do autor).

A noção de enunciação — entendida como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82) — é, na opinião do filósofo, o que permite, independentemente e mesmo anteriormente ao que ela significa ou ao que nela é dito, se referir a esse ter-lugar:

Os pronomes e os outros indicadores da enunciação, antes de designar objetos reais, indicam precisamente *que a linguagem tem lugar*. Eles permitem, deste modo, referir-se, ainda antes que ao mundo dos significados, ao próprio *ato de linguagem*, no interior do qual unicamente pode ser significado (AGAMBEN, 2006, p. 43, grifo do autor).

Agamben vê em Benveniste a possibilidade de situar na conversão da língua em discurso o ter-lugar da linguagem que, na filosofia, é o próprio *ser* (assimilável ao *factum loquendi*). Os indicadores da enunciação atualizam, via referência à própria instância, o ter-lugar da linguagem, experiência metafísica que abre ao pensamento o ser e o mundo. A enunciação contém a transcendência do ser e do mundo relativamente ao que é efetivamente enunciado. Os indicadores da enunciação “constituem a estrutura linguística originária da transcendência” (AGAMBEN, 2006, p. 44).

A contemporaneidade — ou seja, uma coexistência, um “ao mesmo tempo” — entre o *eu* (o indicador da enunciação por excelência) e a instância de discurso que o contém permite à linguagem mostrar-se a si mesma.

Essa interpretação de Agamben o leva a interrogar: “o que significa *indicar* a instância de discurso? Como é possível que o discurso tenha *lugar*?” (AGAMBEN, 2006, p. 51). Ou ainda: como é possível que a instância de discurso, que é contemporânea do indicador da enunciação, mostre o ter-lugar? Para ele, “a linguística moderna, ainda que confirme o caráter de índice do

shifter, deixa na sombra esse problema” (AGAMBEN, 2006, p. 51). Nós assim respondemos: a enunciação se caracteriza por colocar em implicação o *factum loquendi* e o *factum grammaticae*. Quer dizer, a enunciação não seria apreensível em uma mera descrição das marcas no enunciado. Sua contribuição para a reflexão sobre a linguagem reside no fato de que ela resguarda o lugar em que o falante se implica no falar.

4. Concluindo

Recoloquemos nossa provocação: queria Benveniste ter criado uma linguística da enunciação nos termos em que isso foi propalado no século XX?

Primeiramente, é necessário entender um ponto essencial que une os textos ligados à dita teoria da enunciação. Eles dizem respeito à “marca do homem na linguagem, definida pelas formas linguísticas da ‘subjatividade’” (BENVENISTE, 1988, Prefácio, n. p.). Esse é o fio que unifica a discussão enunciativa de Benveniste: homem, linguagem e marca linguística (ou seria melhor dizer línguas?).

Ora, em que medida a “linguística enunciativa” que evoca a autoridade de Benveniste realmente dá relevo a esse fio? Em nenhum artigo de Benveniste se veem análises que sejam minimamente semelhantes às feitas em seu nome. Estas não vão muito além da descrição de marcas da enunciação (advérbios, pronomes, verbos etc.) no enunciado, se resumem a descrever em um dado enunciado como comparecem as formas linguísticas da pessoa, do tempo e do espaço.

Essas formas linguísticas não deveriam estar necessariamente ligadas às *categorias* de pessoa, tempo e espaço? Ora, as *formas* — relativas a uma língua particular — testemunham pelas *categorias* — relativas à linguagem. É Benveniste (1988, p. 287) mesmo quem adverte: “Falamos realmente da linguagem e não apenas de línguas particulares. Os fatos das línguas particulares, que concordam, testemunham pela linguagem”. As línguas são testemunho da linguagem.

O ponto de excesso da linguística em relação à ciência articulado por Benveniste é que sua teoria supõe a implicação entre o *factum loquendi* e o *factum grammaticae*. Não há análise linguística desconectada da linguagem.

Ora, a dita linguística da enunciação delineada a partir de Benveniste produziu análises que visem a tal articulação? Não cremos. E isso, ao menos, por um motivo: os linguistas esquecem que o objeto da enunciação não é o enunciado, nem mesmo as marcas da enunciação do enunciado, mas, como

Benveniste (1989, p. 82) mesmo diz, “é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto”.

A semântica da enunciação (ou a linguística, ou a teoria?) de Benveniste — o termo aqui é indiferente — toma as marcas das línguas apenas como testemunho do ato de enunciar, quer dizer, do fato de que algo foi dito, o fato de esse algo ter-lugar. Esse ato não é assimilável a um nível específico da análise linguística.

A enunciação tem, na verdade, o papel de “colocar em funcionamento a língua”. Vale repetir: a enunciação faz a língua *funcionar*. E como faz isso? Colocando em ato e em uma dada língua as grandes funções que situam o homem na linguagem. Por exemplo, quando fala a respeito dos indicadores de pessoa, tempo e espaço:

A importância da sua **função** se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso (BENVENISTE, 1988, p. 280, grifo nosso).

A enunciação mostra que há na linguagem grandes funções nas quais o homem se situa ao falar uma língua. A palavra-chave aqui é *função*. Nesse sentido, a enunciação é o puro ter-lugar das funções do homem na língua e na linguagem. Isso aparece também nas análises *stricto sensu* de Benveniste:

Nas diversas línguas consideradas separadamente, cada uma por si mesma e no seu funcionamento próprio, a análise da frase relativa mostra uma estrutura formal organizada por uma **função**, que nem sempre é visível. **O problema está em desvendar essa função**. Pode-se chegar a isso observando-se que frequentemente a frase relativa tem, no sistema linguístico que se considera, as mesmas marcas formais que outro sintagma, de denominação totalmente diferente, e que não se pensaria pudesse ser-lhe aparentado. Guiada por essa analogia formal, a interpretação da frase relativa torna-se possível em termos de **função**. (BENVENISTE, 1988, p. 228-229, grifos nossos).

[...]

O que há de comparável em sistemas linguísticos completamente diferentes entre si são **funções**, assim como as relações entre essas **funções**, indicadas por marcas formais. Pudemos mostrar, mesmo de maneira ainda esquemática, que a frase relativa, de qualquer maneira que se prenda à antecedente (por um pronome, uma partícula, etc.) se comporta como um “adjetivo sintático” determinado, do mesmo modo que

o pronome relativo desempenha o papel de um “artigo sintático” determinativo. Em suma, as unidades complexas da frase podem, em virtude da sua **função**, distribuir-se nas mesmas classes de formas nas quais se ordenam as unidades simples, ou palavras, em virtude dos seus caracteres morfológicos (BENVENISTE, 1988, p. 244, grifos nossos).

Sobre isso, cabe apenas concluir: a linguística das grandes funções da presença do homem na linguagem e nas línguas ainda está por ser feita.

Referências

- AGAMBEN, G. *A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- AGAMBEN, G. Filosofia e linguística: Jean-Claude Milner – Introduction à une Science du langage. In: AGAMBEN, G. *A potência do pensamento – Ensaios e conferências*. Tradução de António Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 51-69.
- AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Tradução de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1989.
- FLORES, V. do N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- MILNER, J-C. *Introdução a uma ciência da linguagem*. Tradução de Daniel Costa da Silva et al. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.
- PAVEAU, M-A.; SARFATI, G-E. *Les grands théories de la linguistique: De la grammaire comparée à la pragmatique*. Paris: A. Colin, 2008.